



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo AA, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Instruções: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

As crônicas de Rubem Braga

Décadas atrás, afortunados leitores de jornal podiam contar com uma coluna em que sobravam talento, reflexão, observação atenta das cenas da vida, tudo numa linguagem límpida, impecável, densamente poética e reflexiva. Era uma crônica de Rubem Braga. Os chamados “assuntos menores”, que nem notícia costumam ser, ganhavam na pena do cronista uma grandeza insuspeitada. Falasse ele de um leiteiro, de um passarinho, de um pé de milho, de um casal na praia, de uma empregada doméstica esperando alguém num portão de subúrbio – tudo de repente se tornava essencial e vivo, mais importante que a escandalosa manchete do dia. É o que costumam fazer os grandes artistas: revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.

Rubem Braga praticamente só escreveu crônicas, como profissional. À primeira vista, espanta que seja considerado um dos grandes escritores brasileiros dedicando-se tão-somente a um gênero considerado “menor”: a crônica sempre esteve longe de ter o prestígio dos romances ou dos contos, da poesia ou do teatro. Mas o nosso cronista acabou por elevá-la a um posto de dignidade tal que ninguém se atreverá de chamar seus textos de “páginas circunstanciais”. Tanto não o foram que estão todas recolhidas em livros, driblando o destino comum do papel de jornal. Recusaram-se a ser um entretenimento passageiro: resistem a tantas leituras quantas se façam delas, reeditam-se, são lidas, comentadas, não importando o dia em que foram escritas ou publicadas.

Conheci Rubem Braga já velho, cansado, algo impaciente e melancólico, falando laconicamente a estudantes de faculdade. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional. Respondia monossilabicamente às perguntas, com um olhar distante, às vezes consultando o relógio. Não sabíamos, mas já estava gravemente doente. Fosse como fosse, a admiração que os jovens mostravam pelo velho urso pouco lhe dizia, era

evidente que preferiria estar em outro lugar, talvez sozinho, talvez numa janela, ou na rede do quintal de seu apartamento (sim, seu apartamento de cobertura tinha um quintal aéreo, povoado de pássaros e plantas), recolhendo suas últimas observações, remoendo seus antigos segredos. Era como se nos dissesse: “Não me perguntem mais nada, estou cansado, tudo o que me importou na vida já escrevi, me deixem em paz, meninos.”

E teria razão. O leitor que percorrer crônicas do velho Braga saberá que ele não precisaria mesmo dizer nada além do que já disse e continua dizendo em suas páginas mágicas, meditadas, incapazes de passar por cima da poesia da vida.

(Manuel Régio Assunção)

1. Em relação ao gênero que adotou ao escrever seus textos, a principal contribuição de Rubem Braga foi
 - (A) organizá-los em livro, pois o escritor sabia que não causariam grande impacto numa edição de jornal.
 - (B) dotá-los de um prestígio de que, até então, não eram merecedoras as crônicas publicadas em jornal.
 - (C) dotá-los de uma dignidade maior do que a já reconhecida, por exemplo, nos romances e nos poemas.
 - (D) escrevê-los evitando os chamados “assuntos menores”, que lhe pareciam desinteressantes e melancólicos.
 - (E) escrevê-los como “páginas circunstanciais”, consciente de que as coisas efêmeras são a matéria exclusiva das crônicas.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Uma das qualidades dos grandes artistas, como Rubem Braga, é iluminar de modo especial aquilo que, malgrado sua intensidade humana, pode passar desapercibido.
 - II. Apesar de não ser mais que um entretenimento passageiro, uma crônica não deve, por isso, ser considerada menos importante do que um romance ou um poema.
 - III. Antes mesmo de serem editadas em livro, as crônicas de Rubem Braga já se impunham como textos altamente expressivos nas páginas dos jornais.

Segundo as convicções do autor, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. Quanto ao sentido, estabelecem entre si uma relação de oposição as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>páginas circunstanciais / entretenimento passageiro</i></p> <p>(B) <i>falando laconicamente / respondia monossilabicamente</i></p> <p>(C) <i>recolhendo suas observações / remoendo seus segredos</i></p> <p>(D) <i>um gênero considerado “menor” / um posto de dignidade tal</i></p> <p>(E) <i>recusaram-se a ser um entretenimento passageiro / resistem a tantas leituras quantas se façam delas</i></p>	<p>6. (...) <u>revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.</u></p> <p>O segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase acima, por</p> <p>(A) na qual sempre nos cruzamos em nossa desatenção.</p> <p>(B) diante de cuja é hábito passarmos distraídos.</p> <p>(C) da qual é costume passarmos indiferentes.</p> <p>(D) por cuja nos habituamos a cruzar com indiferença.</p> <p>(E) por onde nos habituamos a passar distraídos.</p>
<p>4. Estão corretos o emprego e a forma dos tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) O leitor que vir a percorrer crônicas do velho Braga estará sabendo atestar o valor de permanência dessas páginas.</p> <p>(B) O grande cronista falava do que lhe aprouver, confiante na riqueza da matéria oculta de cada cena, de cada fragmento da vida cotidiana com que se depare.</p> <p>(C) Não conveio a Rubem Braga aceitar a suposta fatalidade de ser um gênero “menor”, pois decidiu valer-se da crônica como veículo de alta expressão literária.</p> <p>(D) Desafortunado o leitor que não reter das crônicas de Rubem Braga as lições de poesia e de estilo, que o escritor soubesse ministrar a cada texto.</p> <p>(E) Da obra de Rubem Braga advira um prestígio que o gênero da crônica jamais gozara anteriormente, considerada que fosse como simples leitura de entretenimento.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>tudo o que me importou na vida já escrevi</i>, ela ficará:</p> <p>(A) Tudo o que me importou na vida já foi por mim escrito.</p> <p>(B) Tudo o que a vida me importou já fora escrito por mim.</p> <p>(C) A vida já me importou em tudo o que escrevi.</p> <p>(D) Já está escrito na vida tudo o que ela me importou.</p> <p>(E) Tudo o que me importou na vida já tenho escrito.</p>
<p>5. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Reservam-se os artistas o direito (ou privilégio?) de escolherem o gênero e a forma que lhes pareçam os mais adequados ao seu intento de expressão.</p> <p>(B) Não se reconhecia na crônica, antes de Rubem Braga, quaisquer méritos que pudessem alçá-la à altura dos chamados grandes gêneros literários.</p> <p>(C) Não cabem aos críticos ou aos historiadores da literatura estipular se o gênero de uma ou outra obra é maior ou menor em si mesmos.</p> <p>(D) Uma vez submetido ao poder de sedução de seu estilo admirável, é possível que custassem aos leitores de Rubem Braga ficar aguardando a crônica seguinte.</p> <p>(E) Não lhe bastassem, além do estilo límpido, ter os olhos de um grande fotógrafo, Rubem Braga ainda freqüentava as alturas da poesia lírica.</p>	<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O autor faz-nos deduzir de que já não se encontra, nos jornais de hoje, crônicas que se possa comparar com o nível das que escrevia Rubem Braga, há décadas atrás.</p> <p>(B) A certa altura do texto, quando relembra o autor a imagem que lhe ficou do rápido contato que teve com o cronista, a figura evocada é a de um homem melancólico.</p> <p>(C) Não é tão simples como possa parecer, alguém retirar da matéria do cotidiano uma linguagem capaz de expressar-se com a limpidez e a elegância como Rubem Braga.</p> <p>(D) Rubem Braga provou tratar-se de uma injustiça que a crônica seja vista como um gênero menor, quando o mesmo as escreveu promovendo-lhes ao mais alto nível.</p> <p>(E) Quando se julga que há assuntos maiores e menores, se parte do erro de não prevenir que justamente os grandes artistas desdenham tal preconceito, que lhes vêm de fora.</p> <p>9. O leitor que <u>percorrer crônicas do velho Braga</u> <u>saberá</u> que ele não <u>precisaria</u> mesmo dizer nada além do que já <u>disse</u>.</p> <p>Na frase acima, está correta a articulação entre os tempos verbais sublinhados, assim como também estaria no caso da seguinte seqüência:</p> <p>(A) percorrerá – terá sabido – precisasse – dissesse</p> <p>(B) percorresse – saberá – precise – tenha dito</p> <p>(C) percorresse – saberia – precisava – dissera</p> <p>(D) percorreu – soubera – precisasse – disse</p> <p>(E) percorrerá – sabia – precise – dissesse</p>

10. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional.

A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) infenso pela opinião alheia / onde fora
- (B) infenso à opinião alheia / em que se fizera presente
- (C) imparcial pela opinião alheia / aonde estivera
- (D) neutralizado sobre a opinião alheia / na qual estivera
- (E) imparcial com a opinião alheia / aonde se apresentara

11. Rubem Braga escreveu muitas crônicas, nutriu as crônicas com a matéria do cotidiano, fez as crônicas atingir um patamar que parecia interdito às crônicas, e notabilizou-se empregando todo o seu talento nas crônicas.

Evitam-se as viciosas repetições e mantém-se a correção do período acima, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) nutriu-as – fê-las atingir – a elas parecia interdito – nelas todo o seu talento.
- (B) nutriu-as – fez-lhes atingir – lhes parecia interdito – a elas todo o seu talento.
- (C) nutriu-lhes – as fez atingir – parecia-lhes interdito – em cujas todo o seu talento.
- (D) as nutriu – fez-lhes atingir – parecia interdito às mesmas – nelas todo o seu talento.
- (E) nutriu-lhes – fez elas atingirem – parecia-lhes interdito – nestas todo o seu talento.

12. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:

- (A) Quando Rubem Braga já velho, compareceu ao evento programado, notou-se que, mais do que apenas abatido estava impaciente, com as perguntas que lhe faziam.
- (B) Ressalte-se que, houve antes de Rubem Braga cronistas importantes, mas nenhum deles se dedicou exclusivamente às crônicas, nem lhes deu como Braga, tal densidade poética.
- (C) Muitos trabalhadores do povo que jamais haviam merecido atenção mais séria, passaram a ser protagonistas, de inesquecíveis crônicas de Rubem Braga.
- (D) Nos jornais, ou em livros as crônicas de Braga costumam prender a atenção do leitor, com tanta intensidade que este não é capaz de arredar os olhos do texto, fascinado, que fica.
- (E) Não é de se imaginar, realmente, que um texto publicado em jornal possa aspirar à mesma permanência a que, em princípio, fariam jus os textos cuidadosamente editados em livro.

MATEMÁTICA

13. Seja N um número inteiro cujo produto por 9 é igual a um número natural em que todos os algarismos são iguais a 1. A soma dos algarismos de N é

- (A) 27
- (B) 29
- (C) 33
- (D) 37
- (E) 45

14. Trabalhando individualmente, o funcionário A é capaz de cumprir certa tarefa em 8 horas, o funcionário B em 6 horas e o funcionário C em 5 horas. Nessas condições, se trabalharem juntos na execução dessa tarefa, o esperado é que ela seja cumprida em, aproximadamente,

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 2 horas, 2 minutos e 2 segundos.
- (C) 2 horas e 20 minutos.
- (D) 2 horas, 22 minutos e 30 segundos.
- (E) 2 horas e 54 minutos.

15. Dois analistas judiciários devem emitir pareceres sobre 66 pedidos de desarquivamento de processos. Eles decidiram dividir os pedidos entre si, em quantidades que são, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais às suas respectivas idades e inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal Regional do Trabalho. Se um deles tem 32 anos e trabalha há 4 anos no Tribunal, enquanto que o outro tem 48 anos e lá trabalha há 16 anos, o número de pareceres que o mais jovem deverá emitir é

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 32
- (D) 36
- (E) 48

16. Um motorista fez um certo percurso em 6 dias, viajando 8 horas por dia com a velocidade média de 70 km/h. Se quiser refazer esse percurso em 8 dias, viajando 7 horas por dia, deve manter a velocidade média de

- (A) 55 km/h
- (B) 57 km/h
- (C) 60 km/h
- (D) 65 km/h
- (E) 68 km/h

17. Considere que em certo mês 76% das ações distribuídas em uma vara trabalhista referiam-se ao reconhecimento de vínculo empregatício e que, destas, 20% tinham origem na área de indústria, 25% na de comércio e as 209 ações restantes, na área de serviços. Nessas condições, o número de ações distribuídas e NÃO referentes ao reconhecimento de vínculo empregatício era

- (A) 240
- (B) 216
- (C) 186
- (D) 120
- (E) 108

18. Dentre os pares (x, y) de números inteiros tais que a soma do primeiro número com o dobro do segundo número é igual a 64, considere o par em que o produto x . y é máximo. Os números x e y são tais que

- (A) x é uma potência de 2
- (B) y é um múltiplo de 3
- (C) y é um divisor de 8
- (D) x = y
- (E) $x = \frac{y}{2}$

19. Um peso de papel, feito de madeira maciça, tem a forma de um cubo cuja aresta mede 0,8 dm. Considerando que a densidade da madeira é 0,93 g/cm³, quantos gramas de madeira foram usados na confecção desse peso de papel?

- (A) 494,18
- (B) 476,16
- (C) 458,18
- (D) 49,418
- (E) 47,616

20. Uma caixa de água tem o formato de um cilindro circular reto, altura de 5 m e raio da base igual a 2 m. Se a água em seu interior ocupa 30% de seu volume, o número de litros de água que faltam para enchê-lo é

- (A) 43,4 Dado: $\pi = 3,1$
- (B) 4 150
- (C) 4 340
- (D) 41 500
- (E) 43 400

LEGISLAÇÃO

21. No que diz respeito ao direito de petição, é correto afirmar que

- (A) a prescrição poderá ser relevada pela Administração em se tratando de caso excepcional ou interesse público.
- (B) os prazos estabelecidos para assegurar o direito de petição são absolutos, ou sempre fatais e improrrogáveis.
- (C) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- (D) o direito de requerer prescreve em 120 (cento e vinte) dias, quanto ao ato de demissão.
- (E) o prazo de prescrição será contado da data da ocorrência que deu causa ao ato impugnado.

22. No que diz respeito à remoção do servidor público federal, considere as assertivas abaixo:

- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é uma das características do ato de remoção.
- II. É considerada modalidade de remoção quando for a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
- III. É também modalidade de remoção quando for de ofício, no interesse da Administração.
- IV. A cessão do servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade pública é um dos requisitos para o ato de remoção.

Estão corretas APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Cristiane Vasconcelos, analista judiciário, está em débito com o erário e teve sua disponibilidade cassada. Nesse caso, a servidora deverá quitar o débito no prazo legal de

- (A) sessenta dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (B) cento e vinte dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida passiva.
- (C) noventa dias, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar por retenção de valores.
- (D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a sua não quitação implicará no bloqueio de sua remuneração.
- (E) quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, e não quitando nesse prazo sofrerá penalidade estatutária.

24. Em matéria de penalidades disciplinares, considere:

- I. Celso Carvalho, analista judiciário, ausentou-se, durante o expediente, das dependências do Tribunal Regional do Trabalho, onde prestava serviço, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Ana Beatriz, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Celso reiterou aquela conduta de ausência sem autorização.
- II. Célia Neves, analista judiciário, praticou ato de insubordinação grave no Tribunal Regional do Trabalho, de onde é servidora pública.

Diante disso, os analistas judiciários Celso e Célia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de

- (A) exoneração e multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração.
- (B) multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 60 (sessenta) dias.
- (C) repreensão por escrito e disponibilidade.
- (D) advertência reiterada e demissão.
- (E) suspensão até 90 (noventa) dias, de regra, e demissão.

25. No que tange à atividade de instrução no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que

- (A) cabe à Administração Pública a prova dos fatos alegados pelo interessado em virtude do princípio do interesse público e da eficiência.
- (B) o interessado poderá, antes de tomada a decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- (C) somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, salvo se outro for legalmente fixado.
- (E) antes de tomada a decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Windows XP, em sua configuração padrão e original, uma operação NÃO possível entre as opções regionais é a personalização do

- (A) símbolo de agrupamento de dígitos.
- (B) formato de moeda positivo.
- (C) símbolo decimal.
- (D) formato de número negativo.
- (E) símbolo de sinal positivo.

27. Entre as opções do controle de alterações constante das ferramentas originais e padrão do MS-Word 2000, é possível

- (A) habilitar funções de autocorreção.
- (B) comparar documentos.
- (C) habilitar a hifenização automática de documentos.
- (D) proteger documentos.
- (E) gravar uma macro.

28. No Windows XP,

- (A) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um único computador ou até mesmo de uma rede.
- (B) não é possível a ativação do compartilhamento de impressoras por meio do Assistente de configuração de rede.
- (C) não é permitido o compartilhamento de pastas, mas sim a réplica de arquivos em cada computador da rede.
- (D) somente é possível habilitar aos usuários de uma rede a consulta aos arquivos de uma pasta compartilhada.
- (E) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um mesmo computador, mas não com os de uma rede.

29. São termos respectiva e intrinsecamente associados à tipologia conhecida de vírus, serviço de Internet e mensagens enviadas em massa por meio de correio eletrônico:

- (A) *Telnet, chat e host.*
- (B) *Spyware, Cavalo de Troia e hoax.*
- (C) *Shareware, FTP e spam.*
- (D) *Cavalo de Tróia, chat e spam.*
- (E) *Middleware, FTP e hoax.*

30. Basicamente, as funções de cálculo/controle, armazenamento temporário de dados e leitura/gravação de dados são realizadas em um microcomputador, respectivamente, nos dispositivos:

- (A) Periféricos, EPROM e ROM.
- (B) CPU, barramento e ROM.
- (C) CPU, RAM e periféricos.
- (D) ROM, CPU e SLOT.
- (E) SLOT, EPROM e periféricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Administração Pública, para justificar a expedição de um ato administrativo discricionário, alegou determinada matéria de fato que, posteriormente, verificou-se materialmente inexistente. Em razão disso, o referido ato pode, em tese, ser declarado nulo por

- (A) irregularidade de forma.
- (B) desvio de finalidade.
- (C) vício quanto aos motivos.
- (D) ilegalidade do objeto.
- (E) vício de imperatividade.

32. Tendo em vista o dispositivo legal que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, observa-se que das decisões administrativas cabe recurso que

- (A) deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, salvo previsão legal específica, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (B) será dirigido à autoridade superior àquela que proferiu a decisão e sua interposição deve ocorrer em 5 (cinco) dias.
- (C) poderá resultar em agravamento da sanção anteriormente imposta, por ser permitida a *reformatio in pejus* em matéria administrativa.
- (D) terá, como regra efeito suspensivo e tramitará no máximo por duas instâncias, salvo previsão legal específica.
- (E) deverá ser decidido no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da publicação oficial da decisão recorrida.

33. Com relação às entidades da Administração indireta, é certo que as

- (A) autarquias possuem capacidade de auto-administração e são constituídas por capital público e privado.
- (B) fundações são pessoas jurídicas de direito privado, destinadas à exploração de atividade econômica.
- (C) empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica e, quando prestadoras de serviços públicos, se submetem ao regime celetista.
- (D) sociedades de economia mista são estruturadas sob a forma de sociedade anônima.
- (E) fundações públicas ou as empresas públicas poderão receber a qualificação de agência executiva, desde que celebrem contrato de gestão com o órgão da Administração direta.

34. Entre os princípios básicos da Administração Pública, encontra-se o da segurança jurídica, que consiste, tecnicamente, na

- (A) prerrogativa que detém a Administração Pública de exercer o controle interno sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos.
- (B) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
- (C) presunção de que todo ato praticado pela Administração Pública encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico, até prova em contrário.
- (D) adequação entre os meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- (E) obrigação imposta a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

35. NÃO é considerado como efetivo exercício o afastamento de servidores públicos em virtude de

- (A) exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.
- (C) licença para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo.
- (D) exercício de função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.
- (E) participação em competição desportiva internacional, ou convocação para integrar representação desportiva de sua livre escolha.

36. Considere:

- I. João, transitoriamente, não pode exprimir sua vontade.
- II. Pedro é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.
- III. Sócrates é pródigo.

De acordo com o Código Civil brasileiro, é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, a(s) pessoa(s) indicada(s), APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

<p>37. De acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio Civil</p> <p>(A) da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o lugar onde manteve sua última residência.</p> <p>(B) da pessoa natural que tiver diversas residências onde, alternadamente viva, é a Capital do Estado ou a cidade mais próxima da Capital.</p> <p>(C) do incapaz é o do seu representante ou assistente e o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções.</p> <p>(D) do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.</p> <p>(E) do preso é o lugar onde foi proferida a sentença condenatória.</p>	<p>41. A respeito da jurisdição e da ação, é correto afirmar que</p> <p>(A) o interesse do autor não pode limitar-se à declaração da autenticidade de documento.</p> <p>(B) é admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.</p> <p>(C) não é necessário ter interesse e legitimidade para propor ou contestar a ação.</p> <p>(D) o interesse do autor não pode limitar-se à declaração da existência ou inexistência de relação jurídica.</p> <p>(E) o interesse do autor não pode limitar-se à declaração da falsidade de documento.</p>
<p>38. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à prescrição e à decadência, é correto afirmar:</p> <p>(A) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.</p> <p>(B) Prescreve em três anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.</p> <p>(C) A interrupção da prescrição, em regra, poderá ocorrer quantas vezes forem necessárias.</p> <p>(D) É defesa, em qualquer hipótese, a renúncia tácita da prescrição, por expressa determinação legal.</p> <p>(E) Salvo disposição legal em contrário, em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.</p>	<p>42. Quanto aos deveres das partes e dos seus procuradores, é correto afirmar que</p> <p>(A) a liberdade do exercício profissional possibilita aos advogados das partes criarem embaraços à efetivação de procedimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.</p> <p>(B) as partes, em razão da amplitude do direito de defesa, podem formular pretensões cientes de que são destituídas de fundamento.</p> <p>(C) o direito de liberdade de expressão permite que as partes deixem de expor os fatos em juízo conforme a verdade.</p> <p>(D) a prática de atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito não se inclui dentre os deveres das partes, pois pode ser coibida pelo Juiz.</p> <p>(E) é defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo.</p>
<p>39. De acordo com o Código Civil brasileiro, nas obrigações em que há solidariedade ativa,</p> <p>(A) em regra, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsistirá mais, para todos os efeitos, a solidariedade.</p> <p>(B) o pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida, por expressa vedação legal, tendo em vista a solidariedade existente.</p> <p>(C) convertendo-se a prestação em perdas e danos, não substituirá, para todos os efeitos, a solidariedade.</p> <p>(D) a um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.</p> <p>(E) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.</p>	<p>43. O foro contratual convencionado pelas partes</p> <p>(A) pode alterar a competência territorial.</p> <p>(B) pode modificar a competência em razão da matéria.</p> <p>(C) pode alterar a competência em razão da hierarquia.</p> <p>(D) produz efeitos quando constar de contrato verbal.</p> <p>(E) só obriga as partes, não alcançando seus herdeiros ou sucessores.</p>
<p>40. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à responsabilidade civil pelos atos praticados por empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, o empregador</p> <p>(A) é responsável pela reparação civil, apenas se tiver agido com culpa.</p> <p>(B) não é responsável pela reparação civil, uma vez que a responsabilidade é personalíssima.</p> <p>(C) é responsável pela reparação civil, desde que tenha agido com culpa ou dolo.</p> <p>(D) é responsável pela reparação civil, ainda que não haja culpa de sua parte.</p> <p>(E) é responsável pela reparação civil, apenas se tiver agido com dolo.</p>	<p>44. A respeito da sentença, é correto afirmar que o juiz</p> <p>(A) pode condenar o réu em quantidade superior ao que foi demandado.</p> <p>(B) pode proferir sentença, em favor do autor, de natureza diversa da pedida.</p> <p>(C) deve proferir decisão certa, ainda quando julgar relação jurisdicional condicional.</p> <p>(D) pode condenar o réu em objeto diverso do que foi pleiteado na petição inicial.</p> <p>(E) pode proferir sentença ilíquida, mesmo se o autor tiver formulado pedido certo.</p> <p>45. A praça realiza-se no átrio do edifício do Fórum. É admitido lançar, dentre outros, o</p> <p>(A) oficial de justiça.</p> <p>(B) juiz.</p> <p>(C) escrivão.</p> <p>(D) credor.</p> <p>(E) avaliador.</p>

<p>46. Na estrutura do Poder Executivo brasileiro:</p> <p>(A) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de abertas as vagas.</p> <p>(B) se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.</p> <p>(C) será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria simples dos votos, computados os em branco e os nulos.</p> <p>(D) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte de candidato, havendo remanescentes ou não, far-se-á nova eleição no prazo de noventa dias do fato.</p> <p>(E) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão na ordem e sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados.</p>	<p>49. Em relação ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que</p> <p>(A) é órgão auxiliar de controle interno da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) o auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos de juiz de Tribunal Regional Federal.</p> <p>(C) é integrado por sete ministros, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(D) compete-lhe, dentre outras, a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.</p> <p>(E) encaminhará ao Senado Federal, semestral e anualmente, relatório de execução do seu orçamento.</p>
<p>47. Dentre outros Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a Constituição Federal assegura expressamente, em seu art. 5º, a</p> <p>(A) participação facultativa dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>(B) plena liberdade de associação com caráter paramilitar.</p> <p>(C) prestação, na forma da lei, de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, exceto nas militares.</p> <p>(D) instalação de juízo ou tribunal de exceção.</p> <p>(E) livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.</p>	<p>50. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Dentre os membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça, um juiz do trabalho será indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>II. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no máximo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>III. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.</p> <p>IV. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por colegiado de Câmaras.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>48. Em relação aos Direitos Sociais previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que</p> <p>(A) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.</p> <p>(B) são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos, dentre outros, assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.</p> <p>(C) nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de três representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.</p> <p>(D) é assegurada jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.</p> <p>(E) é assegurada a remuneração do trabalho diurno, superior à do noturno.</p>	<p>51. Um representante comercial ajuíza reclamação trabalhista, pleiteando vínculo de emprego e verbas daí decorrentes, não obstante a prestação de serviços tenha ocorrido mediante a celebração de contrato de representação autônoma. À luz do princípio da primazia da realidade,</p> <p>(A) prevalece o contrato celebrado entre as partes, por força do princípio <i>pacta sunt servanda</i>.</p> <p>(B) prevalece o contrato celebrado entre as partes, a menos que fique demonstrada a presença de coação ou dolo na celebração do contrato de representação comercial.</p> <p>(C) o vínculo de emprego poderá ser reconhecido se, da realidade dos fatos, resultar demonstrada a presença dos requisitos necessários para a configuração do contrato de trabalho.</p> <p>(D) o vínculo de emprego será sempre reconhecido porque houve uma prestação de trabalho mediante remuneração.</p> <p>(E) o vínculo de emprego será sempre reconhecido, uma vez que os atos que visam anular, fraudar ou desvirtuar direitos trabalhistas são nulos de pleno direito, em obediência ao artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho.</p>

<p>52. Caracterizam o trabalho em regime de tempo parcial:</p> <p>(A) duração não excedente a 20 horas semanais e possibilidade de realização de, no máximo, 1 hora extra diária.</p> <p>(B) duração não excedente a 20 horas semanais e proibição de trabalho extraordinário.</p> <p>(C) duração não excedente a 25 horas semanais e possibilidade de realização de, no máximo, 1 hora extra diária.</p> <p>(D) duração não excedente a 25 horas semanais e proibição de trabalho extraordinário.</p> <p>(E) duração não excedente de 6 horas diárias e proibição de trabalho aos sábados e domingos.</p>	<p>57. Numa reclamação trabalhista, em que houve acordo no valor de R\$ 1.000,00, incidirão custas no valor de</p> <p>(A) R\$ 10,64 de cujo pagamento as partes ficarão isentas.</p> <p>(B) R\$ 10,64 que serão pagos pela reclamada.</p> <p>(C) R\$ 10,64 que serão pagos em partes iguais pelos litigantes, se de outra forma não for convencionado.</p> <p>(D) R\$ 20,00 que serão pagos em partes iguais pelos litigantes, se de outra forma não for convencionado.</p> <p>(E) R\$ 20,00 que serão sempre pagos pela reclamada.</p>
<p>53. O empregado que, durante o período aquisitivo ao direito a férias, faltou injustificadamente a 5 (cinco) dias de trabalho, tendo se ausentado, também, em outros 2 (dois) dias para prestar exame vestibular, terá direito a férias de</p> <p>(A) 30 (trinta) dias corridos.</p> <p>(B) 25 (vinte e cinco) dias corridos.</p> <p>(C) 24 (vinte e quatro) dias corridos.</p> <p>(D) 23 (vinte e três) dias corridos.</p> <p>(E) 21 (vinte e um) dias corridos.</p>	<p>58. Vale como simples informação o depoimento da testemunha que</p> <p>(A) preste ou tenha prestado serviços à reclamada.</p> <p>(B) seja inimigo de qualquer uma das partes.</p> <p>(C) seja primo de uma das partes.</p> <p>(D) não tenha presenciado os fatos alegados.</p> <p>(E) tenha entre 16 e 18 anos de idade.</p>
<p>54. A perda da função de confiança com retorno ao cargo anteriormente ocupado</p> <p>(A) constitui alteração ilegal do contrato de trabalho.</p> <p>(B) encerra direito potestativo do empregador.</p> <p>(C) depende de previsão contratual.</p> <p>(D) pressupõe motivo relevante e concordância do empregado.</p> <p>(E) é possível desde que o empregado continue percebendo a gratificação por função.</p>	<p>59. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos à execução e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.</p> <p>II. Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.</p> <p>III. Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.</p> <p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>55. A Constituição Federal prevê que sejam remuneradas com adicional as atividades realizadas</p> <p>(A) em condições penosas, insalubres ou perigosas; com maior perfeição técnica e produtividade.</p> <p>(B) em horário noturno; em turnos de revezamento; em condições penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>(C) em turnos de revezamento; em condições penosas, insalubres ou perigosas; além da jornada regular.</p> <p>(D) além da jornada regular; com maior perfeição técnica e produtividade; em turnos de revezamento.</p> <p>(E) em horário noturno; além da jornada regular; em condições penosas, insalubres ou perigosas.</p>	<p>60. Recurso cabível da decisão que julga improcedentes os Embargos de Terceiro:</p> <p>(A) ordinário.</p> <p>(B) especial.</p> <p>(C) agravo de petição.</p> <p>(D) agravo regimental.</p> <p>(E) agravo de instrumento.</p>
<p>56. Funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho:</p> <p>(A) a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p> <p>(B) a Corte Superior de Recursos em Matéria Administrativa e a Escola Nacional de Magistrados do Trabalho.</p> <p>(C) o Serviço Superior de Preparação de Concursos para Magistrados do Trabalho e a Corte Nacional de Recursos em Matéria Administrativa.</p> <p>(D) a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Trabalho e o Conselho Federal da Justiça do Trabalho.</p> <p>(E) a Corte Superior de Recursos em Matéria Administrativa e o Serviço Superior de Preparação de Concursos para Magistrados do Trabalho.</p>	

